

A Instabilidade que Espreita

Manuel Delgado

Do fim do conflito da Guiné-Bissau não emergiu ainda um projecto coerente de reconstrução institucional e económica. E, num futuro próximo, não são de afastar novos atritos entre as forças militares e o que resta das instituições civis.

A situação na Guiné-Bissau em vésperas das eleições deste mês afigura-se difícil tanto na frente interna como externa. Fruto de uma guerra civil de quase um ano que levou ao derrube pela força do Governo resultante das eleições de 1994, o escrutínio deste mês é antes de mais uma imposição externa para dar uma face democrática à situação de facto saída de um golpe militar. Mas a interferência da Junta nos rearranjos internos dos partidos, sobretudo no PAIGC, partido que desde a independência governa aquele país da África Ocidental, não faz vislumbrar uma genuína vontade de abandono da política por parte dos autores do golpe.

Na frente externa, a humilhação dos dois países que com ela fazem fronteira, o Senegal e a Guiné-Conacri, bem como a violação dos acordos de Abuja, assinados sob a égide do líder da CEDEAO (Comunidade de Económica para o Desenvolvimento dos Estados da África Ocidental), a Nigéria, fazem da Guiné-Bissau um país que acrescenta instabilidade numa região já fustigada por conflitos prolongados na Casamansa, na Serra Leoa e na Libéria. A isso há a acrescentar, já na fase final da guerra civil, a invasão e vandalização das instalações diplomáticas da potência europeia mais influente na região, a França, com ameaças à integridade física do seu pessoal e de personalidades guineenses que aí se tinham acolhido, com destaque para o ex-Presidente Nino Vieira. Tudo isso, mais a destruição das infra-estruturas e a paralisia da actividade económica, traz consequências que nenhuma eleição poderão apagar de um traço. A tentativa de derrube pela força do Governo do Presidente Nino Vieira, no poder desde o golpe militar de 14 de Novembro de 1980, e «legitimado» pelas eleições de 1994, eclodiu a 7 de Junho de 1998, a poucos meses de eleições legislativas e presidenciais que se afiguravam difíceis tanto para o partido no poder como para o seu líder.

De facto, as eleições anteriores, que obrigaram o até então carismático líder guerrilheiro a disputar a segunda volta das presidenciais com um quase desconhecido candidato balanta, Kumba Yalá, originaram no PAIGC um movimento de desconcentração de poderes, anteriormente monopolizados por Nino Vieira, e surgiram personalidades que, com base na maioria absoluta do partido no Parlamento, tentaram afirmar uma legitimidade autónoma. Entre elas destacaram-se o então chefe do Governo, Manuel Saturnino, e o presidente do Parlamento – hoje Presidente interino da República –, Malam Bacai Sanhá.

Por via dessa novidade num partido que foi desde sempre uma estrutura militar fortemente hierarquizada, o congresso que deveria anteceder as eleições de 1998 foi sucessivamente adiado e acabou por desembocar na evicção de Manuel Saturnino e num «reforço» das posições do Presidente – isto é, no sufocar do debate interno e na absorção pelo núcleo duro do PAIGC das tensões na sociedade guineense que a ida às urnas já tinha trazido ao de cima em 1994. As acusações de corrupção e malversação de fundos, de perseguições políticas e assassinato e de tráficos vários, transferem-se dos meios opositores e das conversas de rua para o interior do partido e avolumam-se, dando uma dimensão política central ao que

noutros contextos é encarado como um mero subproduto das aberturas económicas.

O golpe

Pode-se perguntar: porque razão um subproduto ganha a dimensão de «produto principal» e expande todo o seu potencial tóxico? Antes de mais, porque o Estado da Guiné-Bissau, que o PAIGC criou, concentrou-se excessivamente em Bissau, deixando a maioria das regiões entregues a actividades de subsistência – e o abandono tem como outra face a independência e consequente capacidade de contestação –, mas sobretudo deixou de fora o grosso do que deveria ser a principal base de apoio do partido: os cerca de 10 a 15 mil antigos combatentes sem funções de chefia, camponeses que não regressaram às suas actividades anteriores à guerra e que se viram colocados, com as famílias, na condição de quase mendicidade ou na dependência deste ou daquele chefe militar mais sensível aos seus anteriores serviços. É sobre este amálgama explosiva que a questão do tráfico de armas para a Casamansa e o inquérito interno que se segue às acusações do Senegal vêm actuar como detonador.

A guerra de secessão da Casamansa, que dura desde 1983, bem como as convulsões políticas na Gâmbia, nomeadamente o golpe militar de Kukli Sanhá a sua anulação pela intervenção militar senegalesa e a posterior constituição da Federação da Senegâmbia, sempre tocaram uma fina sensibilidade na Guiné-Bissau. De meras simpatias a tentações intervencionistas, dobradas pela disputa de fronteiras marítimas com o Senegal, de finais dos anos 70, início de 80, e o «síndrome da Grande Guiné», que dominou Bissau até à morte de Ahmed Sékou Touré, o pai-fundador da Guiné-Conacri, as relações da Guiné-Bissau com os seus vizinhos mais imediatos, pese embora uma aparente normalidade, nunca foram serenas. Até mesmo a investigação do sociólogo Carlos Lopes sobre o Kaabunké (Reino do Gabú), entidade política que presidiu aos destinos da região do século XIII a meados do século XIX, terá alimentado sonhos restauracionistas que punham em causa o dogma da Organização de Unidade Africana de manutenção das fronteiras coloniais. O golpe de 7 de Junho eclode quando o então chefe do Estado-Maior, Ansumane Mané, é demitido, na sequência da prisão, alegadamente em flagrante, de militares que traficavam armas para a Casamansa, confirmando anteriores acusações de Dacar.

Mané, um mandinga originário da Gâmbia, mas que intermitentemente participou na luta de libertação da Guiné-Bissau, sob o comando de Nino Vieira, confessou em entrevista ao «Expresso» que o golpe que planeava passava por assassinar o chefe de Estado. O assassinato de Nino Vieira falha, mas os primeiros tiros tiram a vida a três elementos do seu «staff» civil. A sequência é conhecida: os confrontos demonstram rapidamente que as forças institucionais estão em desvantagem, tendo o grosso do exército de terra e o pequeno contingente afecto à aviação aderido ao levantamento militar. Com o chefe de Estado ficam o também pequeno contingente da marinha e as forças afectas à segurança interna. Invocando os acordos de defesa, Nino Vieira faz apelo a Dacar e Conacri. A Junta Militar consegue mobilizar o grosso dos antigos combatentes e, alegadamente, recebe reforços dos guerrilheiros da Casamansa. E da nebulosa de acusações, suspeições e traições emergem dois nomes como mandantes e apoiantes do golpe e do esforço de guerra que se lhe seguiu: Malam Bacai Sanhá, na frente interna, e Muammar Kadhafi, com quem Sanhá vinha mantendo relações muito estreitas, na frente externa. O receio de uma desestabilização fundamentalista na África Ocidental por parte de Tripoli terá pesado muito no empenhamento militar, sobretudo do Senegal, que, como é sabido, nunca morreu de amores por Nino Vieira. O nome de Portugal também é citado, mas não de forma consistente e continuada, embora não sem consequências, como se verá.

O protagonismo de Portugal

Os esforços para restaurar a paz e as instituições na Guiné Bissau, e, muito importante, não comprometer de forma irremediável o processo de conversão à economia de mercado e de multipartidarismo, iniciados respectivamente em 1987 e 1994, convocaram as duas organizações a que a Guiné está mais estreitamente ligada: a CPLP e a CEDEAO. A CPLP foi a primeira a empreender tais esforços, devendo-se destacar o papel de Portugal e de Cabo Verde, que à data tinha acabado de assumir a presidência da organização. Envolta num cepticismo, que insistentemente lhe atribui um carácter algo lasso, a CPLP parece ter então compreendido que a estabilidade e paz interna dos seus membros é condição essencial para a sua existência e afirmação. A CEDEAO, com três dos seus membros directamente implicados, entre os quais um Estado com pretensões à liderança sub-regional, o Senegal, e com a Nigéria, líder regional, envolta num complexo processo de transição e a braços com intervenções na Serra Leoa e na Libéria, chega mais tarde. Mas o entrecruzar das duas organizações não é fácil. As razões? Antes de mais, o seu diferente modo de funcionamento: mais formal no caso da CEDEAO, de comunicação mais rápida e afectiva, no caso da CPLP. Por outro lado, a liderança da CPLP pela antiga potência colonial e o protagonismo que Portugal assumiu no processo, suscitaram suspeições e acusações de Bissau e Dacar. Era evidente que qualquer solução que não passasse pelas armas exigia para a Guiné Bissau forças de interposição que nem Portugal nem o Brasil se mostraram dispostos a mobilizar e a liderar, nem os outros países da CPLP estavam em condições de fornecer. Só a CEDEAO dispunha teoricamente desse instrumento, a Ecomog, mesmo não tendo ainda provado a eficácia desejável. Finalmente, numa leitura algo superficial, a guerra civil na Guiné-Bissau foi lida em certos círculos, africanos inclusive, como uma disputa de influência por parte da França e de Portugal. Leitura errada, já que se disso se tratasse, a França teria apoiado militarmente de forma mais activa o seu aliado regional, o Senegal, e resolvido a questão a seu favor. O acordo de Abuja finalmente conseguido, tendente a salvar a face das alternâncias democráticas, era frágil. A CEDEAO não se empenhou em defende-lo, militarmente se necessário, e da parte da CPLP houve um nítido distanciamento político. A sua violação e tomada do poder pela Junta Militar em Maio é claramente uma derrota para as duas organizações. Mas sobretudo para a África Ocidental, onde atíça as tentações de reconfiguração de fronteiras (Senegâmbia, Gabú, Grande Guiné) e transporta um potencial de instabilidade que pode anular os esforços de integração e desenvolvimento regional. Tanto mais que, se se definiu minimamente o poder em Bissau, não emergiu do fim do conflito um projecto coerente de reconstrução institucional e económica, nem são de afastar, num futuro próximo, atritos entre as forças militares e o que resta das instituições civis.